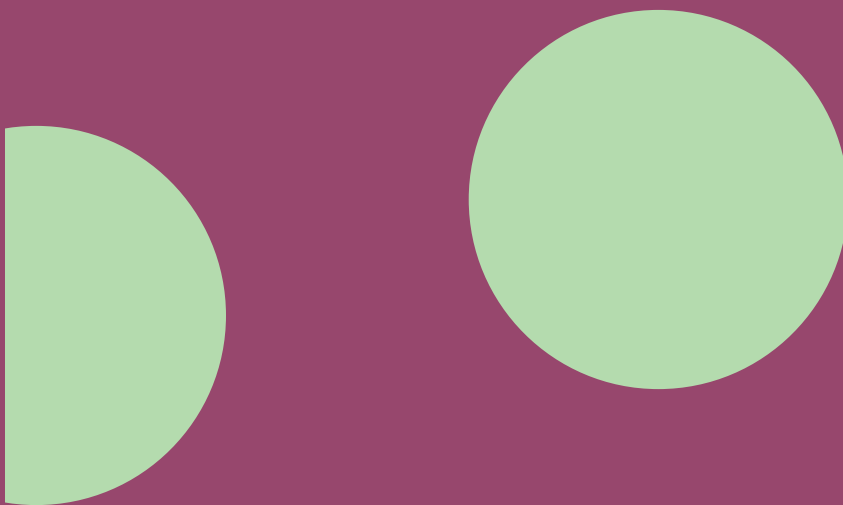




# **DANIEL MUNDURUKU**

**Ser um bom  
ancestral  
hoje**



# **DANIEL MUNDURUKU**

**Ser um bom  
ancestral  
hoje**



TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Daniel Munduruku, 2026  
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2026  
Todos os direitos reservados.

*Preparação:* Lígia Alves  
*Revisão:* Valquíria Matioli e Queni Winters  
*Projeto gráfico:* Sandra Fava  
*Diagramação:* Renata Zucchini  
*Capa:* Renata Spolidoro e Sandra Fava  
*Foto do autor:* © FPS Produções

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Munduruku, Daniel

Ser um bom ancestral hoje / Daniel Munduruku. – São Paulo :  
Planeta do Brasil, 2026.

112 p. (Coleção Reticências)

Bibliografia

ISBN 978-85-422-4349-9

1. Cultura indígena – Brasil 2. Educação multicultural I. Título  
II. Série

26-2694

CDD 981.00497

Índice para catálogo sistemático:

1. Cultura indígena – Brasil

Ao escolher este livro, você está apoiando o  
manejo responsável das florestas do mundo  
e outras fontes controladas

2026

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.

Av. Paulista, 854, 2º andar – Bela Vista

São Paulo – SP – CEP 01310-913

[www.planetadelivros.com.br](http://www.planetadelivros.com.br)

[faleconosco@editoraplaneta.com.br](mailto:faleconosco@editoraplaneta.com.br)

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

# Sumário

|                                      |     |
|--------------------------------------|-----|
| Brasileiro como todos os brasileiros | 14  |
| Um relógio que corre para trás       | 34  |
| O presente é um presente             | 54  |
| Mergulhar no mar é a vocação do rio  | 78  |
| Glossário                            | 97  |
| Referências                          | 109 |



Antes de contar um causo que aconteceu comigo de fato, eu queria dizer que eu sou *Daniel*. Mais do que isso, eu sou um brasileiro que nasceu *Munduruku*. Eu gosto de dizer isso para as pessoas porque nós vivemos em um país cheio da diversidade, de uma diversidade cultural, linguística que as pessoas não conhecem.

As pessoas não conhecem porque não foi ensinado para elas. Não foi dito para elas. Pelo contrário: os povos indígenas sempre foram considerados uma massa disforme. Sem forma nenhuma, um termo associado a um apelido, a uma palavra genérica: “índio”. Essa suposta falta de importância acabou impedindo que as pessoas conhecessem as particularidades de cada povo. É por isso que, quando me apresento, gosto sempre de lembrar que eu sou um brasileiro como todos os brasileiros, mas nascido em um povo indígena, que é o povo *Munduruku*.

O povo Munduruku faz parte da diversidade entre os indígenas que existem no Brasil. Hoje, 391 povos indígenas ainda existem, têm sua história, sua cultura, suas tradições, seu jeito de olhar para o mundo, de olhar para a vida, de responder aos dramas da existência, como todos os outros povos. São 391 formas de olhar para essas angústias e dar respostas.

Isso é muito interessante, e é importante que as pessoas saibam também. Precisamos começar a vencer essa ideia do índio genérico, que é o olhar pelo qual as pessoas aprenderam a enxergar essa população. Então, eu sou Daniel, um brasileiro nascido Munduruku.

Também é necessário dizer que eu sou brasileiro, porque até 1988 nós não éramos considerados brasileiros. Foi somente com a Constituição de 1988 que o Estado reconheceu os indígenas como povos autônomos e brasileiros legítimos. Foi a partir desse momento que pudemos, por exemplo, ter o nosso CPF, um

CNPJ, que pudemos ter os nossos nomes registrados como nomes tradicionais como parte da população brasileira.

É fundamental pensar que não existe uma forma única de ser brasileiro: são muitas formas. Ser Munduruku é uma forma; ser Xavante, ser Caiapó, ser Yanomami, ser Krenak são formas de brasilidade que constituem esse território chamado Brasil, o que é uma coisa bacana.

Eu sou assim um tanto diferente porque tive a oportunidade de estudar. Não que me fosse oferecida essa oportunidade: eu fui cavando. Sou nascido dentro do território Munduruku, mas logo cedo fui tirado dali para estudar.

Nasci em 1964, ano do golpe militar no Brasil, o Golpe de Estado. Em 1967 os militares criaram a Funai, que é a Fundação Nacional do Índio.<sup>1</sup> E a Funai tinha como objetivo fazer os indígenas... Vou usar o termo “índio” aqui, bem anacrônico, para marcar o tempo. Afinal, estou falando do final dos anos 1960.

1 O órgão federal responsável pela política indigenista brasileira permanece com a mesma sigla, mas o nome mudou em 2023 para Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

A Funai queria que os índios fossem integrados à sociedade brasileira. Essa era a função do integracionismo que esse órgão representava. Se desse tudo certo, dali a duas, três gerações nós não teríamos mais índios no Brasil, porque todos teriam se tornado brasileiros. E aí o brasileiro seria uma massa uniforme, com todo mundo meio igual.

Eu nasci justamente numa geração que era mandada para a escola da cidade grande – no meu caso, Belém do Pará – para poder aprender as coisas do Ocidente, o mundo, a história do Ocidente. Isso, segundo eles pensavam, ia fazer com que eu deixasse de ser índio e passasse a ser civilizado, que era o ser “brasileiro”.

Mas essa política do Estado brasileiro também provocou uma reação que acabou gerando o que depois ficou conhecido como Movimento Indígena. Esse movimento de resistência conseguiu aos poucos se organizar, se ordenar. E aí,

quando os militares foram tirados do poder, veio a abertura democrática.

Entre 1984 e 1988, quando a Constituição foi promulgada, os indígenas já estavam relativamente bem organizados e lutaram justamente para que o Estado brasileiro reconhecesse a nossa identidade enquanto povos, enquanto culturas diferentes do Estado dos brasileiros, tão brasileiros quanto todos os outros.

Essa conquista ficou registrada na Constituição atual. A partir dali, desde 1988, nós somos considerados brasileiros, mas brasileiros diferenciados. É por isso que existe uma política para os povos indígenas. É uma política pública, porque, quando o Estado brasileiro passou a nos reconhecer como parte da população e, portanto, como cidadãos, precisou assegurar para nós algumas garantias para a manutenção da nossa cultura.

Isso significa que as políticas públicas de educação, de saúde, de moradia eram específicas para os nossos povos.

Eram chamadas de políticas diferenciadas justamente porque a educação não deveria ser a educação recebida por todos os brasileiros. Claro, ela precisava incluir aulas de português, matemática, ciências e tudo mais, mas tinha que conter também elementos da própria cultura de cada povo. Então, não era simplesmente ir para a escola e aprender o que todo mundo aprende porque é necessário para a vida da pessoa: era aprender o que todo mundo aprende e também um pouco mais daquilo que a própria cultura já sabia, já trazia como parte da sua herança ancestral.

Se a educação precisava ser diferenciada, a saúde também precisava. Isso porque, para o indígena, a saúde é diferente em comparação com quem vive na cidade; a doença, pelo menos, é diferente – e a cura também. É muito grande a importância de considerar os saberes ancestrais na hora de curar um doente. Não basta dar uma injeção: muitas vezes

é preciso haver um ritual para que aquela pessoa recupere o equilíbrio do corpo. Porque a doença é uma fraqueza do corpo por conta de um desequilíbrio que a pessoa acaba absorvendo. Tem a ver com a espiritualidade, tem a ver com outra dimensão, que não é apenas científica; ela também é espiritual.

E o mais importante: a Constituição de 1988 garantiu aos povos indígenas o direito à sua terra, ao seu território. Isso foi muito significativo, porque é no território que essas populações conseguem não apenas manter a sua cultura, renová-la. Elas conseguem se articular dentro desse território, onde moram seus ancestrais, os antigos, os encantados — os seres que fazem parte do universo da construção da leitura do mundo.

A leitura do mundo indígena é diferente daquela que é feita no mundo ocidental. O Ocidente é regido pela economia capitalista, mas sofre influência das crenças religiosas, que podem ser,

por exemplo, católicas ou evangélicas, e elas dão uma dimensão específica para a existência das pessoas. Já os povos indígenas tinham outra concepção de mundo.

Houve tentativas de mudar isso. Ao longo de toda a colonização aconteceram esforços para negar a espiritualidade dos povos indígenas: primeiro se tentou dominar a alma indígena; tentou-se também dominar o corpo dessas pessoas por meio da escravização dos seus corpos; e por fim se tentou o domínio da mente, por meio do conhecimento, ao dizer que o indígena é ignorante, não tem conhecimento, não tem ciência, portanto não tem o que é necessário para ser uma pessoa feliz.

É por isso que falamos tanto em *descolonizar*, em tirar da mente das pessoas essas concepções deturpadas. Eu faço a minha parte, inclusive com a literatura que eu escrevo, começando com as crianças. É necessário descolonizar do pensamento das crianças justamente a

ideia de um pensamento único, de uma história única, de um modo único de pensar o mundo, a existência.

Com isso nós vamos percebendo também que, quando a criança, o jovem ou o adulto conseguem entrar um pouco nessa mágica, nessa lógica que não é a lógica linear ocidental, descobrem que há muito mais coisas para saber e aprender do que imagina nossa mente ocidental, que é capturada por essa lógica meio cabeçuda de que nós somos os melhores, somos os perfeitos, temos tudo para oferecer para o mundo.

...

Eu estudei, me preparei de certa forma, e me tornei escritor. Mas antes de ser escritor eu tinha a certeza de que queria ser professor.

Costumo dizer sempre que eu não pedi para nascer Munduruku – essa foi uma bênção do universo que eu recebi.

**“O passado, é bom que se entenda, na verdade é um instrumento pedagógico; ele não é uma prisão. O passado serve como ferramenta para nos ensinar como temos que nos conduzir no mundo...”**